

O SÍTIO CASTANHO

No dia 15 de abril, comemora-se o cinqüentenário da escolha do Sítio Castanho - área onde hoje está situada Brasília - pela Comissão de Localização da Nova Capital Federal, presidida pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti e que tinha como secretário o Doutor Ernesto Silva, o único membro vivo da Comissão, morador em Brasília.

Em 2004, Getúlio Dorneles Vargas foi reverenciado pelo cinqüentenário do seu suicídio e pelo que fez pelo Brasil, emulando as bases sociais e econômicas de um Estado Nacional Moderno que rompeu com a estrutura agrária de uma dependente monocultura. No entanto, não se fez justiça à participação do seu governo no cumprimento do primado constitucional da localização, demarcação e transferência da Capital Federal para o Planalto Central Brasileiro.

No dia 8 de junho de 1953, o Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 32.976, criando a Comissão de Localização da Nova Capital Federal para proceder aos estudos definitivos para a escolha do sítio e da área da nova capital e, por conseqüência, do Distrito Federal. Vargas nomeou para a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal o General Agnaldo Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Imediatamente após ser empossado, o General Agnaldo Caiado de Castro contratou a Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria para proceder ao levantamento aerofotogramétrico do Retângulo do Congresso (os 52.000 quilômetros quadrados autorizados pelo Congresso Nacional), na área compreendida entre os Paralelos S 15° 30' e 17° e o Meridiano Oeste de Greenwich 46° 30'. Em janeiro de 1954, a Cruzeiro do Sul concluiu os trabalhos de aerofotogrametria e já no dia 25 de fevereiro a empresa Donald J. Belcher and Associates Incorporated, sediada em Ithaca, Estados Unidos da América, foi contratada para proceder aos estudos de fotoanálise e de fotointerpretação para a seleção dos sítios mais favoráveis para a localização da Nova Capital Federal na área definida pela Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, que passou à história como o "Retângulo do Congresso".

Getúlio Vargas suicida-se em 24 de agosto de 1954 e assume a Presidência da República o Vice-Presidente João Café Filho.

Demitindo o General Agnaldo Caiado de Castro, Café Filho convida o Marechal José Pessoa para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital, que, imediatamente, reconhece a qualidade técnica e científica dos trabalhos da empresa Donald Belcher e a importância deles para abreviar o tempo da escolha para o local da edificação da futura Capital da República, providencia, ainda, o pagamento das prestações atrasadas devidas à empresa americana.

No dia 5 de fevereiro de 1955, o Vice-Governador de Goiás, Bernardo Sayão, esperava, em Planaltina, o Marechal José Pessoa, o seu Ajudante-de-Ordens e Secretário da Comissão, Capitão Ernesto Silva e o Marechal Mário Travassos com um comboio de seis jeeps e depois de andar

pelo cerrado por mais de quatro horas, chegaram no ponto mais alto do Sítio Castanho (1.172 metros) onde é hoje o Cruzeiro - no Eixo Monumental, próximo ao Memorial JK.

No dizer do doutor Ernesto Silva, ali “É a Pedra Fundamental de Brasília”.

De volta ao Rio de Janeiro, o Marechal Pessoa designou uma Subcomissão para fixar os critérios e normas técnicas para a comparação dos vários locais no “Retângulo do Congresso” e a seleção dos cinco sítios elaborados pelo Relatório Belcher. Durante o mês de março de 1955, três engenheiros desta Subcomissão passaram a fazer manobras dilatórias para prolongar, por tempo indeterminado, a escolha imediata do sítio definitivo. Sentindo estas manobras, Ernesto Silva, que era o Secretário da Comissão de Localização, alertou o Marechal Pessoa e este decidiu ampliar a Subcomissão e nomeou o engenheiro Raul Pena Firme como relator. Numa coincidência metafísica, no dia 4 de abril de 1955, à mesma hora em que Raul Pena Firme apresentava à Comissão as normas técnicas com base na Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, para o julgamento do melhor sítio dentre os cinco apresentados pela Donald Belcher, Juscelino Kubitschek de Oliveira fazia o seu primeiro comício de campanha à Presidência da República, em Jataí, Goiás, e era questionado por Antônio Soares Neto – Toniquinho – se iria cumprir a Constituição Federal. Ao responder afirmativamente, Toniquinho retrucou a JK: “Então o senhor vai transferir a Capital Federal para o Planalto Central?” Juscelino Kubitschek ficou paralisado por quase um minuto, respondendo em seguida: “Se está na Constituição, eu vou transferir”.

Nesse momento, Brasília passou a ser a “Meta Síntese” do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

No dia 15 de abril de 1955, já com os critérios elaborados pelo relator Raul Pena Firme, realizou-se a reunião que decidiu oficialmente pelo Sítio Castanho, onde, hoje, está edificada Brasília.

O Marechal José Pessoa solicita, então, uma audiência ao Presidente da República Café Filho e é recebido no dia 28 de abril de 1955. Após expor todo o arrazoado legal e técnico da escolha do Sítio do Castanho, solicita que o Presidente da República baixe um decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, o perímetro a se constituir o Distrito Federal.

Café Filho, aliado da União Democrática Nacional – UDN e dos antimudancistas, nega-se a mandar elaborar o decreto de desapropriação. No dia seguinte, 29 de abril, o Marechal Pessoa solicita um avião ao Ministro da Aeronáutica e, acompanhado apenas de Ernesto Silva, se dirige à Goiânia e, no dia seguinte, em audiência com o Governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, expõe o impasse e faz um apelo ao Governador para que o Estado de Goiás, por meio do decreto estadual, declarasse de utilidade pública, para efeito de desapropriação, todas as terras dentro do perímetro já definido do futuro Distrito Federal.

Juca Ludovico faz a história avançar, chama os procuradores Jorge de Moraes Jardim e Segismundo de Araújo Melo e estes propõem que

fossem chamados os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, favoráveis ao Movimento Mudancista, para buscar uma solução jurídica. As discussões arrastam-se até as três horas da manhã do dia 1º de maio e decide-se pela criação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal e, numa manobra política magistral, Juca Ludovico nomeia para presidir a Comissão o médico Altamiro de Moura Pacheco, procer da UDN, em Goiás, manobra que Juscelino Kubitschek iria repetir em 1956 ao nomear Iris Meinberg para a primeira diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP.

No dia 30 de dezembro de 1955, em solenidade realizada no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, Jorge Pelles e Jerônimo da Silva assinam a escritura de desapropriação amigável da Fazenda Bananal, que abriga, hoje, quase toda a área onde está edificada Brasília.

Sem a coragem e a determinação pessoal e política do Marechal José Pessoa e o descortínio político e histórico do Governador Juca Ludovico, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e os milhares de candangos vindos de todos os rincões da Pátria não poderiam construir pouco mais de 1.000 dias a Capital da República e oferecer ao mundo o Patrimônio Cultural da Humanidade que é Brasília.

Quase ia me esquecendo do cinquentenário artístico do pintor e muralista D.J. Oliveira que, a pedido do doutor Francisco Manoel Brandão, fez as primeiras obras de arte para os construtores da cidade no Restaurante do SAPS na Candangolândia e que, inquestionavelmente, é o Batismo Cultural do Distrito Federal.

Jarbas Silva Marques
Diretor da Diretoria de Patrimônio Histórico e
Artístico da Secretaria de Estado de Cultura do GDF e
Segundo Vice-Presidente do Instituto
Histórico e Geográfico do Distrito Federal